



HAL
open science

Análise de políticas públicas rurais

Eric Sabourin

► **To cite this version:**

Eric Sabourin. Análise de políticas públicas rurais. Sustentabilidade em debate, 2013, pp.273-275.
hal-02802979

HAL Id: hal-02802979

<https://hal.science/hal-02802979>

Submitted on 5 Jun 2020

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Análise de políticas públicas rurais

An Analysis of Rural Public Policies

Eric Sabourin*

*Professor do Cirad Umr Art-Dev X; professor visitante do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB).
End. eletrônico: eric.sabourin@cirad.fr

Recebido em 01.10.2013

Aceito em 10.10.2013

RESENHA

Philippe Bonnal e Sérgio Leite (Orgs.) *Análise Comparada de Políticas Públicas: uma agenda em transformação*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X e Cirad, 2011. 387p. ISBN: 978-85-7478-367-3. Gráficos, Bibliografia, Notas.

Organizado por Philippe Bonnal e Sérgio Pereira Leite, o livro “Análise Comparada de Políticas Públicas: uma agenda em transformação” é uma coletânea de artigos escritos por pesquisadores brasileiros e franceses. O conjunto de textos faz uma análise comparada do processo de elaboração de políticas públicas voltadas para a agricultura e o meio rural no Brasil, na França e em outros países europeus. A obra pretende ressaltar a importância de se levarem em conta as peculiaridades da agricultura e do meio rural de cada país na formulação das políticas públicas, analisando, assim, a sua adequação e eficácia.

O livro conta com um capítulo introdutório, de posicionamento, e dez capítulos temáticos, escritos por economistas, sociólogos e cientistas políticos. Os editores lembram na introdução que, tradicionalmente, a análise das políticas públicas pela Ciência Política não é propriamente setorial, o que explica os poucos trabalhos dedicados à agricultura nessa área. Ao mesmo tempo, a agricultura constitui um setor de atividade marcado por especificidades que justificam uma renovação dos conceitos e métodos em matéria de análise de suas políticas

Podemos reunir os dez capítulos em quatro blocos, em função de sua contribuição conceitual e metodológica. Um primeiro bloco trata de contribuições sobre a análise comparada, reunindo o próprio capítulo introdutório de Bonnal e Leite e o texto de Bruno Théret, que trata do dilema da análise comparada em nível internacional: os conflitos entre o campo político e o campo científico implicam em objetivos e significados diferenciados dentro do processo comparativo.

Um segundo bloco reúne os textos que adotam a abordagem cognitiva das políticas públicas e a sua aplicação nas políticas agrícolas. Gilles Massardier revisita a noção de “referencial de políticas públicas” proposta por Pierre Muller (1990) e sobre os

seus limites quando aplicada fora do contexto francês dos anos 1960-1970. Esse autor introduz a noção mais recente de “ação pública”, que integra as novas características do campo político: a fragmentação, com a multiplicação dos atores e o policentrismo do poder, e a recente importância dos mediadores. Já Catia Grise faz uma revisão das diversas escolas cognitivas na Ciência Política, desde o papel das ideias e do conhecimento, a sua mobilização na produção das políticas públicas, as políticas públicas como “referencial” e as políticas públicas como coalizações de causa, como arenas e fóruns, como paradigmas ou até como narrativas.

Após, Jorge Romano desenvolve a noção de redes de interconhecimento que atuam como configurações sociais estruturantes das políticas públicas. Na sua aplicação nas políticas agrícolas brasileiras, esta mobiliza diversas formas de redes: os arranjos institucionais entre público e privado, o corporativismo e o clientelismo, sem esgotar todas as suas modalidades. Por fim, Jorge Flexor analisa a economia política da construção institucional do mercado do biodiesel como exemplo de um arranjo institucional público/privado, marcado pela importância dos processos de aprendizagem institucional.

Um terceiro bloco de textos mobiliza a história econômica. J. Coussy trata da evolução das políticas agrícolas francesas, no seu movimento com base na dependência do caminho (a cogestão com a profissão agrícola, o protecionismo da PAC inicial) até a liberalização e a abertura à competição comercial internacional. Por sua vez, Carlos Mielitz analisa a adaptação em longo prazo e a funcionalidade da política agrícola brasileira nos vários momentos dos ciclos do desenvolvimento nacional, tratando de situar as políticas setoriais agrícolas no ambiente das grandes políticas nacionais.

O quarto e último bloco trata do papel das normas de construção das políticas públicas. E. Leonard, P. Bonnal, J. Foyer e S. P. Leite apresentam o papel das normas na elaboração das políticas de desenvolvimento sustentável no Brasil e no México. Os autores analisam as tensões e contradições entre a imposição de normas externas ou internacionais (embora mobilizadas por movimentos sociais ou grupos de interesse nacionais) e a “dependência ao caminho” que impõe o peso de uma Constituição Federal e os modelos institucionais historicamente consolidados.

A seguir, B. Roux analisa a evolução da Política Agrícola Comum da Europa em frente às normas do desenvolvimento sustentável (introduzindo na política agrícola a preservação do meio ambiente e a consulta à sociedade civil) e da liberalização do comércio. Finalmente, discute-se como a noção de “condicionalidade” dos instrumentos prevaleceu sobre a de multifuncionalidade da agricultura, num prenúncio do pagamento por serviços ambientais, hoje na moda.

Já N. G. Delgado analisa o impacto da liberalização comercial (uma norma ideológica extremamente pesada) sobre a agricultura familiar brasileira nas décadas dos 1980 e 1990. Apesar da elaboração de uma política específica para a agricultura familiar (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF), o apoio ao agronegócio prevaleceu. Por fim, E. E. Filippi propõe uma análise da concepção



do desenvolvimento rural no Brasil desde as políticas de estado dos anos 1960 até a emergência do enfoque territorial de desenvolvimento.

O interesse desse livro para a análise de políticas públicas vai além das políticas agrícolas, rurais ou ambientais. O seu aporte, independentemente dos conceitos e métodos desenvolvidos e da especificidade dos olhares disciplinares, pode ser resumido em quatro propostas de enfoque metodológico. Primeiramente, vem o interesse de mobilizar o tempo longo para entender as políticas públicas. Isso envolve a história das políticas e das instituições, mas também a das ideias; as trajetórias das instituições e dos indivíduos; e a dependência em relação ao caminho de modelos e estruturas.

Em segundo lugar, vem a multiplicação dos atores envolvidos nas políticas, como decorrência da democratização e da descentralização, e a necessidade de novas formas de consulta ou de participação da sociedade, o que gerou novos tipos de mediadores políticos. Em terceiro: surge o peso das normas privadas, dos atores privados, e das organizações internacionais na elaboração e implementação das políticas públicas, em nome do desenvolvimento sustentável, da preservação do meio ambiente ou da ideologia do livre comércio e de certa internacionalização das políticas. Por fim, em quarto lugar, destaca-se a evolução das relações e arranjos entre público e privado e o novo papel do Estado.